

Neofascismo na Europa

1991 registra um notável crescimento das forças de extrema direita no mundo, particularmente na Europa.

O fenômeno está vinculado à grave crise econômica do imperialismo e, também, à preparação da guerra.
Página 6



A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Safra: mídia não quer ver

Os meios de comunicação controlados pelas elites negam-se a investigar as denúncias envolvendo Edmond Safra, banqueiro suspeito de ligações com o narcotráfico.

Quais as causas deste comportamento?
Página.7

TE CUIDA, COLLOR

1992

O balanço de 1991 revela um quadro nacional nada favorável aos brasileiros. A crise, que atinge várias esferas da vida social, se agravou, a recessão prevalece, o arrocho dos salários foi aprofundado, o desemprego aumentou.

Nada menos que 60 milhões de pessoas sobrevivem em condições miseráveis no país, conforme dados colhidos pela CPI criada no Congresso Nacional para investigar o problema da fome.

As perspectivas para o ano de 1992 também não são nada animadoras, se julgarmos pela disposição e os compromissos do governo Collor.

No entanto, a luta do povo pode mudar os rumos do país, sinalizando para um futuro diferente. Para tanto, é indispensável que ganhe impulso de massas a campanha em torno da palavra-de-order "Ou Brasil ou o Collor". Leia a respeito nas páginas 3 e 9.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA EM DEBATE

Cantos de amor e liberdade em verso e prosa

A consciência só pode ser identificada e tocada quando dialeticamente buscada e compreendida em função dos níveis da busca do homem, na história da sua própria humanidade, ou seja, dos níveis das suas conquistadas possibilidades de um dia cumprir-se como um ser feito de liberdade e amor. Esses são trechos do prefácio do poeta, escritor e jornalista Moacyr Felix, 69 anos, ao livro de poesias do professor, ex-diretor da UNE e militante do PCdoB no Rio de Janeiro, Altemar Lima de Sousa, 27 anos, que será lançado na última quinzena de dezembro do corrente, em cerimônia no Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro.

O prefácio do renomado escritor faz alusão, em seu conteúdo, a obra do jovem militante, que ele classifica como "um poeta moço, arrebatado no diálogo e impulsivo nos atos de escrever". Arrisca afirmar que os versos pertencem a um homem que vem do "subsolo", desejando que a humanidade possa um dia saber o significado histórico "das nossas respostas e dos nossos porquês". Altemar Lima, que se autointitula "um crítico social de todas as verdades humanas", assume seu livro com preocupações estéticas e literárias o de interação com o mundo exterior.

O militante comunista considera que sua obra faz parte de um processo criativo que exemplifica a própria sensibilidade dos comunistas em geral, como um dos segmentos mais atentos aos problemas sociais. Alerta que a arte deve ser um instrumento de questionamento da realidade humana e o seu livro "é um gesto de indignação diante da decadência das concepções que intermediam as relações humanas", observa. A certa altura de sua obra, registra "... havia a vida inteira: um cemitério de sonhos esperando vingança!".

Homenageia as mulheres, camaradas e sentimentos em um rasgo estético próprio dos poetas, como a que faz ao ex-dirigente do PCdoB no Pará Paulo Fonteles, assassinado em 1987 a mando de latifundiários. Sobre Fonteles ele assinala: "E de súbito: surgirá na praça das minhas mãos ofertadas, um Fonteles coletivo, ostentando a terra compartilhada! E será justa a espreita

do inimigo oculto no lodo do passado e será vã a sua pressa, a sua fuga na noite escancarada, a noite será uma armadilha armada na espera...!"

Professor do Colégio Metalúrgico do Rio de Janeiro, ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos, onde diariamente se recicla dos males da sociedade de consumo, Altemar Lima coloca em prática a experiência de já ter sido vendedor ambulante, jornalista, carregador, bancário e estudante. Formado em Letras pela Universidade Federal Fluminense e pós-graduado em Informática Educativa, ele já foi diretor do Centro de Estudos Honestino Guimarães e vice-presidente Sudeste da União Nacional dos Estudantes. Publicou, em 1981, seu primeiro livro intitulado Recantos da Meia Luz e, em 1985, o folheto "Botará" alusivo a guerrilha do Araguaia. Já foi colaborador do suplemento literário do Jornal de Brasília e, já está no prelo o romance alegórico Carnaval dos Mortos. Os interessados em conhecer a obra, debatê-la e realizar o lançamento do livro os contatos podem ser feitos diretamente com o autor através do telefone (021) 240-5286.

Carlos Henrique Vasconcelos (Su-cursal RJ)

Jornal Inútil?

Sou leitor desse jornal há tempos e considero que nesse último período o informativo vem melhorando bastante. Tenho orgulho de declarar que me convence a ingressar no PCdoB principalmente pela argumentação que obtive em suas páginas. Por isso mesmo fiquei muito indignado com a afirmação do companheiro Antônio Martins, de que o jornal é inútil.

Não quero dizer que acho tudo ótimo. O jornal pode melhorar muito, e compreendo que está sendo feito esforço para realizar mudanças. Só que é preciso lembrar que não existe nenhum outro jornal desse tipo na praça. E, as outras forças não deixaram de publicar seus periódicos porque desejassem - foram liquidados pelas condições impostas. Penso que é observando isso que devemos analisar nossa Classe e não comparar o que Ele é, com o que sonhamos em ser.

Outra coisa que me admirou foi o Antônio dizer que é mais importante escarafunchar as posições de cada companheiro da direção de que explicar os argumentos do partido. Já estive perto do PT e sei como é aquele negó-

cio de cada chefe ter a sua tribo. Afinal, depois que se discute, a posição de é a do partido? Ou cada um apenas fecha a boca (e a cara) mas continua trabalhando para que sua posição prevaleça?

Acho que falta mais debate mesmo. Penso que em cada artigo seria preciso comparar com os argumentos de outras correntes, separar os campos, mostrar porque as outras propostas não servem e, com isso demonstrar porque as do partido são mais adequadas. Mas, virar um jornal de debate interno, seria um desastre. Imagine termos que ler uma Tribuna de Debates sobre cada assunto. Pô, companheiro, afinal, queremos um partido de luta ou um clube de diletantes?

Marcos Tewal, São Paulo

Contribuição

Camaradas, o imperialismo em passos largos está destruindo o que resta da cultura Latino-americana. Nosso país é um exemplo gritante desta situação. Partindo destas afirmações que não são novas, gostaria de dar algumas idéias ao partido e à Classe Operária: criação de um comitê nacional de cultura; os quadros do partido, que atuam no movimento de massas deveriam dar mais importância e organizar eventos culturais, como por exemplo: no caso da UNE, recriar os CPCs; criar um espaço na imprensa partidária, para militantes e simpatizantes exporem seus trabalhos.

Marcos Santana, Igarassu - PE

Experiência socialista em análise

Acaba de ser lançado o livro URSS - ascensão e queda: a economia política das relações da União Soviética com o mundo capitalista. De autoria de Luís Fernandes, cientista político, professor da UFF e membro da direção do PCdoB.

O livro de 272 páginas, sai pela editora Anita Garibaldi, traça um quadro retrospectivo da revolução russa desde 1917 até os graves acontecimentos de agosto último. Aborda em profundidade as realizações e a crise do socialismo na URSS.

É portanto uma leitura imprescindível para todos aqueles que desejam se aprofundar num dos debates mais importantes dos dias atuais: a análise da experiência socialista. O preço é Cr\$ 8.000,00.

Pedidos com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi - Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320 - São Paulo-SP

Ou o Brasil... ou Collor

Fileiras desprovidas, desamparadas sem norte mulheres, jovens, doutores, peões enfileirados num caos social, aparentemente irreversível e de morte consenso atribuído, aos fariseus endiabrados Escrevem-se besteiras nas paredes e nos muros sem suportar angústias atiram-se de prédios comentam até a consequência de alguns murros tomando após um pileque e morre-se de tédio Desencadeiam ação com um tiro para o alto atiram fogo às bandeiras norte-americanas raspa-se de vez todo o ressalto e deixam livres as crianças "ruanas" E que morram: os déspotas e traidores que se unam todas as foices aos martelos destruindo-se dos males os produtores e escolham para sempre, ou o Brasil ou Collor

Geraldinho/SP

Finanças para o Congresso

Estamos no final do ano e a 60 dias do início da plenária final do 8º Congresso do PCdoB. Neste momento editamos a Tribuna de Debates número 10. Nas nove anteriores foram publicadas as opiniões de todos os militantes que quiseram se manifestar livremente e por escrito. As nove Tribunas de Debates já publicadas custaram ao CC Cr\$ 10.581.420,00 e foram distribuídas gratuitamente com a militância, amigos, aliados, etc. Muito ainda está por ser feito. O custo, apesar da redução drástica, principalmente com a decisão de levar o Congresso para Brasília, continua alto.

É preciso agora, quando se realizam as Conferências, que as Direções Regionais façam o que não fizeram até o momento: cair em campo e levantar finanças para ajudar ao CC a cumprir vitoriosamente a tarefa de realizar o 8º Congresso.

Dias 4 e 5, duas importantes iniciativas políticas de apoio ao Congresso estarão sendo realizadas: um jantar em São Paulo, organizado pelo Secretariado do CC e outro em Brasília, organizado pelos Deputados Federais do Partido, além do "Livro de Ouro" que por iniciativa de Jandira Feghali está circulando na Câmara dos Deputados.

Ainda é tempo de recolher as contribuições individuais de todos os militantes, amigos e aliados do PCdoB, particularmente agora que está sendo pago o 13º salário, vendendo os materiais de divulgação do 8º Congresso como tem feito o CR da Paraíba, e reali-

zar algumas boas iniciativas que resultem em finanças.

Contribuições ao 8º Congresso

São Paulo: não identificado Cr\$ 8.000,00; Organismo de Base da OFSC: Alípio Kuhlamp, César Bedin, Dóris Gomes, Josemar Sehnen, Joaquim Perez, Marta Rosatelli, Marileiana da Silva, Roberto Rosso Jr., Ronaldo dos Santos, Vlamir César, Cr\$ 1.000,00 cada. Diretores da FITEE-MG: Lavínia Rosa Rodrigues, Wellington Teixeira Gomes, Izac Antonio de Oliveira Cr\$ 18.000,00.

Pernambuco: Paulo Dantas Cr\$ 15.000,00, Yolanda Carvoret Cr\$ 1.000,00.

Bahia: Jerônimo Santos Cr\$ 2.000,00, Luiz Caetano, Iolanda, Tereza Cristina, Narciso, Hilário Leal, Iraldo, David Feliz, Claudio, Artenio, Jura-ci Cordeiro, Joelson Macedo, Edesio Lima Cr\$ 1.000,00 cada.

Rio de Janeiro: João Lourenço Xavier Cr\$ 2.000,00, Juarandy Petronilho, Wilson Ferreira Sátiro, José Lúcio da Silva, Cr\$ 1.000,00 cada.

Paraná: cinco não identificados com Cr\$ 1.000,00 cada.

Paraíba: com Cr\$ 2.500,00: Albenor Nunes - (Filiado ao PSB) - Valdicéia Martins com Cr\$ 1.000,00; João Carlos, José Anchieta, Martinha Célia, Frederico Maciel, Francisca Lopes Zenaide, Valtécio Brandão, Ivan Freire, J. Anchieta P. Lopes, J. Benjamin, Flander os materiais de divulgação do 8º Congresso como tem feito o CR da Paraíba, e reali-

A CLASSE OPERÁRIA
ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
Editor: Dilermando Toni
Redação: Umberto Martins, Pedro de Oliveira e Sara Seles
Projeto Gráfico: Auracébio e equipe
Diagramação e Arte: José Luiz Muñera Reyes
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - SP
Fone: (011)36-7531 Telex 11-21983
Fax: (011)36-4104
Composição e arte final: Compart
Fone: (011) 36-0412
Impressor: Folha Gráfica S/A

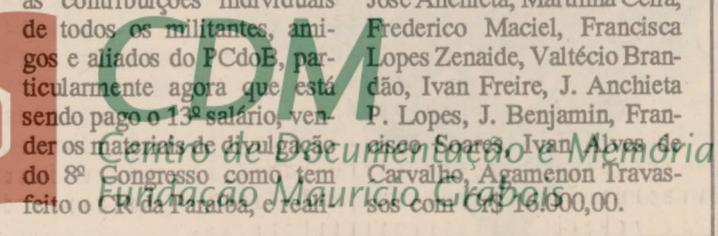
Assine já o jornal A Classe Operária

Nome
Endereço
CEP Cidade Estado.....
Profissão

Assinatura trimestral: Cr\$ 3.000,00 Assinatura Semestral: Cr\$ 6.000,00
Assinatura trimestral de apoio: Cr\$ 6.000,00
Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 12.000,00

Preencha hoje mesmo este cupom e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.
Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - SP - CEP 01318

Preencha hoje mesmo este cupom e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.
Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - SP - CEP 01318



Fora Collor

RENATO RABELO*

Collor não tem outra saída a não ser mais miséria, mais recessão para conter a inflação. Medida do feitiço do FMI, apoiada agora publicamente pelo seu Presidente, senhor Michel Camdessus. O governo persiste na sua política fundamental de traição nacional e se enquadra perfeitamente à imposição da nova ordem mundial imperialista. É imenso o estrago econômico e social já provocado em menos de 2 anos.

O salário real despenca como pedra no abismo, a tendência do desemprego é crescente. Depois de 11 anos vamos terminar mais um ano em que o país não cresce. Já são mais de 1,5 milhão de jovens que a cada ano necessitam de trabalho. A extrema desigualdade social, marca distintiva do Brasil, atinge nível alarmante. O êxodo rural persiste em fluxo constante. A massa crescente de desertados, desclassados e menores abandonados nas cidades coloca em pânico os ricos e a classe média que possui algum patrimônio. A estimativa mais comedida é que mais de 60 milhões de brasileiros estão fora do mercado. A não ser um punhado de grandes ricos e aproveitadores, a grande maioria da nação se empobrece e se degrada. A desilusão e o desespero contamina as massas.

Os trabalhadores têm reagido através de amplos movimentos grevistas. Mas, é necessário ter presente que no país se acumula velozmente um processo latente de convulsão e revolta, que pode detonar espontaneamente.



O impasse persiste. Quase mais ninguém acredita em solução deste governo ou que passe por ele. O problema político maior é o próprio governo que se esgotou. As tentativas de ajustamento, "estamos no mesmo barco" e o decantado entendimento fracassou um após outro. Quase todas as correntes políticas agem como se o povo pudesse suportar tal descalabro pacientemente. A alternativa de sempre são as eleições de 1994. O povo pode esperar até lá? Faca no peito do povo é refresco. Diante de situação como essa nem as saídas cupulistas ou de bastidores, nem os artifícios ou protelações por mais bem intencionadas que sejam são soluções para o impasse. Hoje quase todo povo, incluindo os que votaram em Collor, desejam o fim do governo. Deve-se buscar uma alternativa imediata.

A alternativa é a formação de amplo movimento de massas que dê um basta a esse governo e exija a sua retirada. E após isso convocação urgente de eleições. Deve ser um movimento aberto, do povo, nas ruas. Não se trata de uma preparação soturna, nos conciliábulos ou nos quartéis. Por isso não é um golpe. É a luta política do povo que sempre é desestimulada e sempre amedronta à reação, as forças intermediárias e vacilantes. A nossa bandeira deve ser a aspiração do povo - "Fora Collor". Acredito que essa é a nossa tarefa prática mais importante.

* Membro do Comitê Central do PCdoB

Governo Collor e a questão nacional

ALDO ARANTES*

Em comentário transcrito na "Coluna do Castelo" o Presidente do PSB, Jamil Haddad, sistematizou algumas posições defendidas pelos setores nacionalistas. Mais do que depressa Eduardo Modiano, Presidente do BNDES, saiu em defesa da política neoliberal e anti-nacional do Governo Collor.

Afirmou ele que "a privatização das estatais é um passo importante para a desprivatização do Estado". A privatização das estatais nada tem a ver com a desprivatização do Estado, em colocá-lo a serviço da coletividade e não a serviço de grupos privados. Pelo contrário. Esta medida se realiza com o objetivo de adaptar o Estado às necessidades atuais do grande capital.

Sofismando, o Presidente do BNDES na verdade não respondeu à crítica de que os privatistas escondem as causas reais das dificuldades de algumas estatais, em decorrência do papel que elas têm cumprido de repassadoras de renda do setor público para o setor privado.

Disse o Presidente do BNDES que "defender a Amazônia é viabilizar seu desenvolvimento sustentável e não criar fantasias sobre uma suposta ameaça de internacionalização, biombo para avanços de depredação ambiental". Este é um velho jogo de palavras para justificar a política entreguista do governo federal em relação à Amazônia. Combater a devastação da Amazônia e a violência praticada contra índios e posseiros não significa aceitar o "biombo da defe-



sa do meio ambiente" para se propagandar a soberania limitada sobre a região ou a conversão da dívida externa em capitais para a "preservação ambiental". Nada mais ingênuo e "bem intencionado". No entanto a realidade é outra. O risco de internacionalização da Amazônia é real e decorre da cobiça internacional sobre as riquezas minerais da região. O conceito hoje muito defendido pelos neoliberais de internacionalização da economia e de superação das fronteiras nacionais prepara terreno para o domínio mais efetivo dos países dependentes.

Diz a referida autoridade que é necessário "deixar de lado velhas miragens como a aversão ao capital estrangeiro". Falar em "velhas miragens" é querer tapar o sol com a peneira. Na verdade o que se pretende com isto é passar a falsa idéia de que "moderno" é enxergar o capital estrangeiro como um "colaborador desinteressado" do desenvolvimento nacional. É pretender esconder seu verdadeiro objetivo de espoliação dos povos.

O progresso científico e tecnológico impõe a todos os países a tarefa de encontrar as formas de incorporar tais avanços. O problema está em fazer isto assegurando a soberania nacional. Eduardo Modiano nada mais faz do que repetir as linhas gerais da política antinacional e anti-popular de Collor.

* Membro do Comitê Central do PCdoB

EDITORIAL

Esperança está na luta

Chegamos ao fim do ano, normalmente um período festivo no qual se renovam as esperanças de que a vida das pessoas do povo se torna melhor.

Mas com a situação criada caberia perguntar: com que cara um pai de família dos milhões que estão desempregados, ou um dos aposentados que vivem humilhados, desejaria a um companheiro seu um feliz 92? Como um negro, um jovem ou uma mulher trabalhadora poderiam se confraternizar com esperanças de que haja menos discriminação, mais escolas e melhores salários?

Entre o objetivo de uma vida melhor e a dura realidade de se interpõe um governo de traição nacional que arrasou o país; esse é o sentimento de um número cada vez maior de pessoas.

Não bastasse os índices já tão divulgados da crise econômica e social que assola o país, Collor de Mello oferece agora aos brasileiros mais um acordo com o Fundo Monetário Internacional, o FMI. Pela carta de intenções do governo brasileiro, já em exame pela diretoria da instituição, o Brasil deverá se submeter ainda mais aos interesses dos países ricos, em especial dos Estados Unidos. O governo procurará combater a inflação e o déficit público oferecendo maiores facilidades aos exportadores e às importações, aumentando os impostos e sobretudo arrojando ainda mais os salários dos trabalhadores. A recessão e o desemprego irão aumentar. Tudo isso em troca de uma promessa de US\$ 2 bilhões que supostamente beneficiariam o país.

Ao lado disso, o dóssil Eduardo Modiano vem a público dizer que vai acelerar ainda mais o plano de privatizações e que colocará à venda num curto prazo o resto do parque siderúrgico nacional, incluindo a CSN, a COSIPA, a Aço Minas, a CST e outras.

A necessidade urgente de unir o povo para dar um basta ao isolado governo Collor suscita a discussão dos caminhos que a oposição deve adotar. Uma ampla unidade das forças democráticas, populares e nacionais, está na ordem do dia. E nesse leque de alianças jogam um papel destacado os partidos de esquerda que, com raízes mais profundas entre o povo, têm condições de pleitear uma solução que venha das ruas.

Nessa situação são bastante desalentadores os rumos que estão sendo adotados pelo PT, em torno do qual se nucleou a Frente Brasil Popular recentemente. É que a agremiação petista resolveu em seu 1º Congresso aderir à linha da menor resistência rejeitando o "Fora Collor", con-signa capaz de aglutinar milhões de brasileiros em busca de uma saída nova. As dificuldades pelas quais passa a oposição no Brasil não decorrem simplesmente da crise do socialismo em todo o mundo. Vêm também de posturas políticas equivocadas diante da situação concreta.

Cresce dessa maneira a responsabilidade dos setores políticos mais conseqüentes entre os quais se inclui o PCdoB. Fazer uma posição intransigente mas ao mesmo tempo ser flexível para "costurar" uma aliança de grande peso político e um programa de defesa dos interesses fundamentais da nação.

O Congresso do nosso partido que se realizará em breve preparará um novo leque de lutas para os trabalhadores e o povo brasileiro. Desejará um 92 sem Collor de Mello. 94 talvez seja tarde demais.

CURTAS E BOAS

Guerrilha do Araguaia

Um dos militares que participaram dos combates à guerrilha do Araguaia (entre 1972 e 1974 no Pará), o chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, Thaumaturgo Sotaro Vaz, externou em entrevista a um jornal de Manaus ("Amazonas em Tempo") a seguinte opinião a respeito do episódio: "Além da minha visão militar, tenho também outra visão deste combate. Respeito muito os companheiros contra quem lutei. Eram soldados de campo como eu. Foram muito valorosos e generosos dentro do ideal deles."

Projeto popular

Cerca de 5.000 pessoas, representando organizações de movimentos populares de todos os estados brasileiros, acompanharam a primeira Caravana dos Movimentos Populares a Brasília. O ato mais significativo da caravana aconteceu no Congresso Nacional, quando os participantes entregaram cinco carrinhos de mão repletos de folhas com assinaturas recolhidas em todas as regiões do país.

Foram entregues 890 mil assinaturas do projeto de iniciativa popular ao presidente do Congresso, deputado Ibsen Pinheiro e para o presidente do Senado, senador Mauro Benevides, Ibsen Pinheiro prometeu que o projeto terá um encaminhamento prioritário no Congresso Nacional.

Falta de segurança

Na fábrica de pregos Triângulo, em Uberlândia-MG, no início do mês, o funcionário Ary Ferreira de Paula passava atrás de um esmeril, quando a pedra soltou-se partindo-lhe a cabeça. O operário teve morte instantânea. A pedra do esmeril que matou Ary, atingiu outro funcionário da empresa, que usava botina com proteção de aço, quebrando-lhe dois dedos do pé direito. Em recente levantamento do Ministério do Trabalho, a área metalúrgica foi a que mais sofreu acidentes, no ano de 1991.

Seminário

O Seminário sobre ensino de Terceiro Grau no Estado de Goiás foi promovido pela Assembléia Legislativa, a partir de uma iniciativa da deputada Denise Carvalho, do PCdoB. O Seminário contou com a participação de cerca de 400 pessoas e os temas discutidos foram: LDB, reconhecimento dos cursos, luta pela qualidade de ensino, organização estudantil.

O Seminário decidiu, entre

outras coisas: pelo lançamento da campanha em defesa das instituições de ensino superior em Goiás e pela criação de fóruns de defesa das instituições de ensino superior em Goiás, que congrega 30 participantes, indicados pelo próprio Seminário, representando sete entidades, 10 faculdades, além da Assembléia Legislativa.

Privatização

É eminente a privatização da BR Distribuidora, a distribuidora da Petrobrás, líder no mercado, que opera 23% dos derivados de petróleo. A Shell é candidata a controlar o mercado somando hoje 21% da distribuição de petróleo. Outras empresas multinacionais prometem recorrer na Justiça, a fim de impedir o "monopólio", o argumento abusivo econômico.

Conheça o ranking das distribuidoras: BR Distribuidora 23%; Shell 21%; Esso 16%; Ipiranga 12%; Atlantic 12%; Texaco 12% e Hudson 1,8%.

Perseguição

A família Mutran continua perseguindo pessoas que não se dobram aos seus desmandos. Desta vez as vítimas são duas diretoras de escolas estaduais em Marabá. Argelina Martins da Cruz e Jaíde Maria das Graças Barreiros foram exoneradas de seus cargos por se oporem ao prefeito local, Nagib Mutran e seu pai, Vavá Mutran.

Dia 3 de outubro 80 soldados foram deslocados para as escolas a fim de garantir a posse das diretoras indicadas pela Secretaria da Educação. Nesse mesmo dia crianças foram espancadas, além do padre Bruno Schizzeretto.

A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) abriu um escritório em Marabá para acompanhar de perto a situação da região, a presença de grupos de pistoleiros e o poderio da família Mutran.

NACIONAL

Solidariedade aos Palestinos

Por convocação de todos os 11 líderes de partidos políticos com representação parlamentar na Assembléia Legislativa de São Paulo, foi realizada no último dia 29 de novembro, uma sessão solene em homenagem ao "Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino". Tal iniciativa coube ao deputado comunista Jamil Murad (PCdoB/SP). A sessão contou com a presença de mais de 400 pessoas, na sua grande maioria integrantes da comunidade árabe-palestino-brasileira de São Paulo.

Representatividade

Estiveram representado à mesa e fizeram uso da palavra, personalidades como João Amazonas, presidente nacional do PCdoB; deputado Uebe Rezek, representando o PMDB; deputados Ivan Valente e João Paulo do PT; deputado Gilson Meneses, do PSB; representantes da CUT e CGT; Cláudio Campos, do MR8, demais representantes do PCB, PDT, com Therezinha Zerbini, CONAN, UNE, UBES, UJS, Executiva Nacional das Entidades Negras, União Brasileira de Mulheres e a Confederação das Mulheres do Brasil, Movimento dos Sem-Terras entre outros.

A comunidade palestina estava representada pelo prof. Dr. Hannah Safieh, presidente da Confederação Palestina da América Latina e Caribe COPLAC, pelo Tais-



sir Abadallah, presidente da Sociedade Árabe-Palestino-Brasileira de São Paulo (irmão da brasileira Lâmia Abdalla, presa injustamente em Israel) e pelo Dr. Aham ad Sobeh, representante oficial da OLP no Brasil.

Fizeram-se também representar o Embaixador da República do Iraque, Dr. Quais Al-Muktar e um representante da Líbia.

Uma delegação de Partidos Políticos e organizações partidárias integradas por 40 pessoas, representando cerca de 20 países, compareceu à sessão solene, o que a revestiu de um caráter mais internacionalista.

Durante a sessão solene, foi apresentado um grupo folclórico árabe-palestino, que emocionou os presentes, com suas danças típicas, ao som da música árabe.

Apoio decidido

Todas as falções foram enfáticas na linha do entendimento, que as partes envolvidas no conflito do Oriente Médio cheguem a um acordo de paz, onde Israel devolvesse as terras aos árabes e palestinos, para que se possa ter assegurado a paz.

Ao encerrar a solenidade, o presidente da Alesp, Dep. Carlos Apolinário afirmou que os anais daquela sessão seriam remetidas para a ONU e para os negociadores da paz no Oriente Médio, como que expressando a opinião da sociedade brasileira e das mais de 100 entidades e personalidade e que estavam presentes ao ato ou enviaram representantes.

Lejeune Mato Grosso
* Colaborador em São Paulo

A Palestina para os palestinos

Por iniciativa da deputada Jussara Cony, do PCdoB, a Assembléia Legislativa gaúcha homenageou o Dia Internacional de solidariedade ao Povo Palestino, comemorado em 29 de novembro. E, na presença do vice-representante da Organização para a Libertação da Palestina no Brasil, Ibrahim Al-Zebem, a presidência da casa e todas as bancadas manifestaram seu apoio à luta daquele povo por sua terra e soberania.

Em seu pronunciamento, Jussara Cony lembrou a tragédia dos palestinos, "que começou em 1917, quando a Inglaterra prometeu converter a Palestina em um lar nacional para os judeus. Naquele ano, a declaração de Balfour foi uma espécie de compromisso público com o movimento sionista para este fim. Foi o primeiro de tantos outros atos injustos contra o povo palestino, uma vez que a Inglaterra prometeu, com propósitos coloniais, um território que não lhe pertencia, sem considerar um povo que lá vivia há milênios".

"Assumindo o controle da Palestina, a Inglaterra permitiu a imigração judaica àquele território, contra a vontade de seu povo. E, a partir daí, o povo palestino teve de enfrentar dois tipos de colonialismo: o britânico e o judaico-sionista".

"Várias rebeliões foram duramente reprimidas pelos britânicos. Durante os 30 anos de ocupação inglesa, os palestinos foram à greve e até à luta armada, em 1936, por sua independência. Depois da Segunda Guerra, o sionismo cresceu rapidamente na Palestina e, nesta época, entra em cena Menahem Begin, que comandou a matança de Deir Jassin, com 254 vítimas, na maioria mulheres e crianças".

Jussara Cony destacou como segundo passo da tragédia daquele povo a resolução 181 da ONU, de 29 de novembro de 1947, que recomendou a partilha do território palestino em dois estados: Israel e Palestina. "Foi uma injustiça contra o povo e o território, pois a ONU não poderia usar de sua autoridade sem o consentimento do povo palestino. Esse dia, 29 de novembro, marcaria o nascimento de dois Estados. Porém, seis meses mais tarde, nasce o Estado de Israel,



Ibrahim Al-Zebem, da OLP, apresenta Jussara Cony invadindo o espaço destinado ao Estado da Palestina". Hoje já são 6 milhões de pessoas expulsas, as 1,5 milhão vivem em território ocupado por Israel e os outros no exílio. Ao terminar seu pronunciamento Jussara Cony conclamou "a todos os gaúchos e não gaúchos de 29 a 27 de novembro, o êxito da Conferência de Madri, que esperamos, coloque fim à situação deplorável que se vive no Oriente Médio, a exigência dos povos", concluiu.

Cristiano Dartsh - Colaborador em Porto Alegre

Assalto a Petrobrás

ALDO REBELO*

Os sindicatos de petroleiros de todo o país lançaram no início desta tarde, no plenário da Comissão de Transportes, o *Dossiê Petrofértil*, um documento em que condenam a privatização da subsidiária da Petrobrás especializada na produção de fertilizantes, e fazem inúmeras denúncias sobre a operação.

Trata-se de uma iniciativa de enorme relevância. Em primeiro lugar, porque revela sinais de amadurecimento do movimento sindical brasileiro. As lideranças mais lúcidas dos trabalhadores compreendem de forma cada vez mais nítida que não podem se limitar apenas a reivindicar aumentos de salários, mas precisam intervir de forma ativa nos próprios temas mais relevantes da conjuntura nacional. Residem nesta ação, aliás, as esperanças de frear o ataque cerrado aos interesses nacionais desfechado pelo governo Collor.

O *Dossiê Petrofértil* é importante, no entanto, por uma razão suplementar. Ele ajuda a esclarecer dois aspectos da política de privatizações conduzida pelo governo Collor, e a dirimir dúvidas e polémicas que muitas vezes se manifestam entre setores da própria esquerda.

Assalto aos recursos públicos

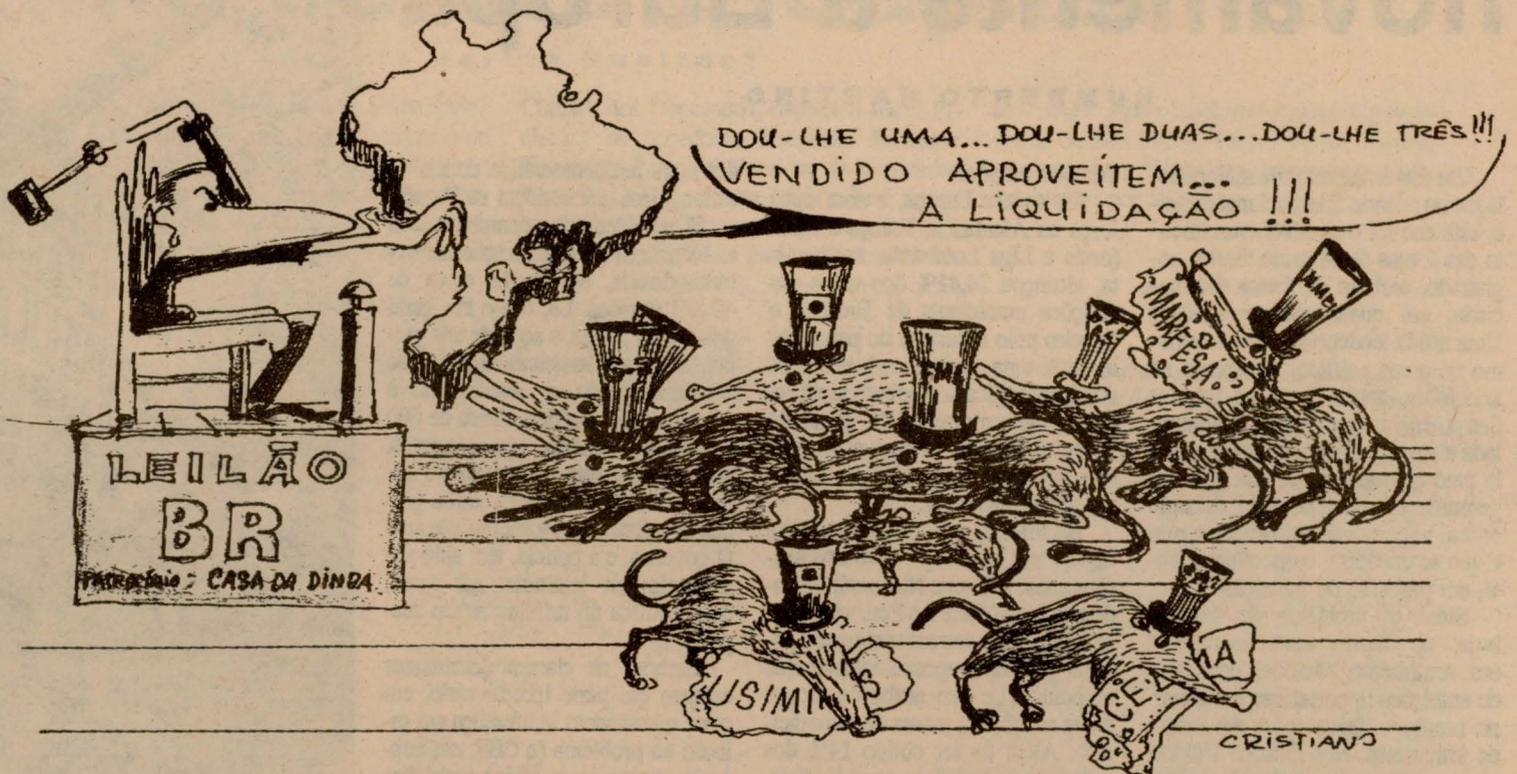
A primeira questão diz respeito aos interesses que se escondem por trás da venda das estatais.

O *Dossiê Petrofértil* coloca que, apesar das estatais estarem a serviço do grande capital, os trabalhadores não são partidários nem do nacionalismo xenófobo nem da defesa cega da ação do Estado brasileiro, o que de resto seria inteiramente nocivo a seus próprios interesses de classe.

O problema, contudo, é que ao contrário do que alegam os privatistas por ignorância ou por má fé, a privatização das estatais é na atual conjuntura, a saída que as classes dominantes brasileiras enxergam para preservar, revestida de nova aparência, o assalto que promovem aos recursos públicos.

Depois de transferir dezenas de bilhões de dólares ao grande capital ao longo das últimas décadas, o Estado brasileiro mergulhou numa situação de completo encalçamento financeiro. Tornou-se incapaz, portanto, de continuar fazendo pesados investimentos em infra-estrutura, e de continuar ofertando bens e serviços subsidiados às grandes empresas.

Do ponto de vista das forças populares, a saída seria recompor a capacidade de investimento estatal, através de medidas que resultassem em redistribuição da riqueza. As grandes fortunas que se acumulam nos anos de crise da década de 80, e que fazem do Brasil



uma das nações mais desiguais do planeta, teriam de ser fortemente taxadas, em benefício do conjunto da população.

Falir a Petrobrás

A opção dos conservadores, contudo, implica em ampliar ao absurdo a transferência de riqueza para os grandes grupos econômicos. O caso da privatização da *Petrofértil* é dos mais reveladores. A fórmula proposta para entregá-la ao capital privado equivale a um autêntico esquiteamento da subsidiária da Petrobrás.

As partes mais atraentes, o filé-migom, seria entregue a particulares, depois de livre de todas as dívidas. As unidades menos lucrativas seriam simplesmente fechadas, com enormes prejuízos a várias regiões do país, como o Estado de Sergipe, que veria frustrado o anseio de contar com um pólo coloroquímico importante.

A privatização das subsidiárias da Petrobrás tem de ser barrada, porém por um motivo suplementar, de relevância máxima. Embora o governo não se atreva a declará-lo abertamente, a operação equivale a inviabilizar a própria existência de nossa estatal petrolífera.

É que consolidou-se há muitos anos, em todo o mundo, uma tendência da qual nenhuma empresa petroleira pode escapar. E a necessidade de diversificar as atividades, estendendo-as sobretudo aos setores petroquímico e de fertilizantes.

A simples extração de petróleo é atividade de baixíssima rentabilidade, inclusive porque os preços do produto estão arrojados há décadas.

Todas as empresas do setor,

por isso mesmo, buscam atuar na industrialização dos derivados de petróleo, onde a lucratividade é muito mais expressiva. A Petrobrás não foge à regra. Nos últimos quatro anos, por exemplo, cerca de 85% de seus lucros foram originários da subsidiária petroquímica, a Petroquisa.

Amputar os braços petroquímicos e de fertilizantes da estatal, por isso, seria o mesmo que condená-la à falência certa.

Após alguns anos, com a redução expressiva dos lucros os privatistas se apressariam a dizer que a Petrobrás é ineficiente, e que por isso todas as atividades ligadas ao petróleo brasileiro precisam ser retiradas do Estado brasileiro.

Planos de fora

O *Dossiê Petrofértil* traz denúncia gravíssima a este respeito. Ele revela que, devido ao prestígio da Petrobrás, o plano para privatizá-la deveria necessariamente começar pelas suas lucrativas subsi-

diárias. Só que esse plano, que circulou reservadamente foi "bolado" pelo consórcio financeiro suíço-americano *Crédit Suisse-First Boston*, desde abril de 1990.

Da parte da instituição financeira, tais relações tinham desde o início o objetivo declarado de ferir a Constituição brasileira, liquidando o monopólio estatal de petróleo consagrado na Carta. No entanto, o Palácio do Planalto não apenas deixou de denunciar estes propósitos, o que era sua obrigação, como além disso continuou relacionando-se normalmente com o banco infrator.

Há algumas semanas, por exemplo, o *Crédit Suisse - First Boston*, foi encarregado pela diretoria da Petrobrás a fazer captação de divisas no exterior em nome da empresa. Na operação, diga-se de passagem, a estatal brasileira pagou, por empréstimos de um ano, juros duas vezes maiores que os pagos pelo Tesouro norte-americano por financiamentos de trinta anos.

A entrevista que o ministro da

Infra-Estrutura, João Santana, concedeu há alguns dias ao jornal *O Estado de S. Paulo*, é uma espécie de confirmação do envolvimento do governo em planos escusos de liquidar a Petrobrás.

O ministro chegou a ameaçar de demissão os diretores da empresa que não compactuassem com o final do monopólio. Por isso, desejo reafirmar meu empenho na ação judicial que movi, junto com um grupo de parlamentares progressistas, para que o ministro seja processado e punido, por crime de responsabilidade.

Denunciar e derrotar a tentativa de entrega do petróleo brasileiro é, hoje, tarefa essencial tanto das forças progressistas representadas neste Parlamento quanto do movimento popular organizado, em cujas mãos concentram-se as esperanças de derrotar os planos nefastos do governo Collor e dos liberais brasileiros.

*Deputado Federal pelo PCdoB - SP

Punição para ministro

Em 10 de novembro, o jornal *O Estado de São Paulo*, publicou entrevista com o ministro da Infra-Estrutura, João Santana, sob o título "Petrobrás terá de abrir monopólio". Na entrevista o ministro defende a entrega de mais uma de nossas estatais, pretextando contra a existência do monopólio estatal sobre o petróleo, pregando a sua necessária extinção.

O ministro chegou ao absurdo de considerar a situação do monopólio estatal da Petrobrás nefasta, negativa para a própria Petrobrás. Cnicamente, profetiza o ministro: "se a Petrobrás conserva o monopólio, ela tem em primeiro lugar, dificuldades de entrar no mercado internacional. Em segun-

do lugar, dentro do próprio mercado brasileiro, a Petrobrás provoca o atraso da auto-suficiência por sua incapacidade de gerar recursos e de fazer associações privadas". E sugere: "Por que não associar-se com a Shell, com a Esso ou com a Texaco?"

Essas e tantas outras declarações deixaram alguns políticos indignados. Tão indignados que entraram com pedido de instauração de Ação Penal por crime de responsabilidade contra João Santana, perante o Supremo Tribunal Federal. Assinam o documento: Miguel Arraes, do PSB; Waldir Pires, do PDT; Vivaldo Vieira Barbosa, do PDT; Haroldo Lima, líder do PCdoB; Renildo Calheiros e Aldo Rebelo, também do PCdoB entre outros.

O fascismo ameaça novamente a Europa

HUMBERTO MARTINS

Um dos fenômenos de maior destaque no cenário internacional durante este ano foi o sensível crescimento das forças de extrema direita, registrado, embora de forma diferenciada, em quase todo o mundo. Uma nítida tendência ao reacionarismo no plano político, sustentado na xenofobia, ganha força no interior das potências capitalistas. É alimentada tanto pela crise econômica quanto pelo acirramento da luta pela hegemonia mundial no seio de uma ordem imperialista cujo alicerce ruíu e que se encontra, conseqüentemente, em processo de transição.

Sinais do problema são visíveis, hoje, no Japão, onde recrudescer um sentimento nacional carregado de ambições imperialistas e o governo promove deportações em massa de imigrantes. Nos Estados Unidos, onde cresce a discriminação contra negros e latino-americanos e personalidades com idéias marcadamente fascistas se projetam na arena política. Mas é principalmente nos países da Europa, talvez com a exceção da Inglaterra, que a extrema direita, ressuscitando os símbolos e os modos do nazi-fascismo, parece ter encontrado um terreno fértil para se reproduzir.

Os sinais

As últimas eleições em alguns países europeus, bem como recentes pesquisas de opinião, atestam um notável crescimento da extrema direita. Na Áustria, o Partido Liberal, que faz uma louvação ao nazismo, obteve 20% dos votos no último pleito para renovar o Parlamento; na Suécia, a Nova Democracia, racista, já conta com 20 deputados federais; na Bélgica, forças neonazistas conquistaram 12 cadeiras no Parlamento nas eleições realizadas em novembro. A direita progrediu também na Holanda e na Dinamarca.

Na Espanha, há poucos dias milhares de neofascistas realizaram uma ruidosa manifestação para lembrar o aniversário de Franco. E mesmo em Portugal, o irmão europeu mais pobre, dirigido pelo direitista Cavaco Pinto, eleva-se a intolerância étnica contra brasileiros e emigrantes do

Terceiro mundo.

Em toda a Europa, e com mais força na Alemanha, França e Itália (onde a Liga Lombarda, neofascista, alcançou 24,41% dos votos nas eleições municipais de Brescia, o terceiro pólo industrial do país), observa-se uma conduta cada vez mais antidemocrática dos governos em relação aos emigrantes do chamado Terceiro Mundo, inclusive refugiados políticos, conforme denunciou a Anistia Internacional.

Na França, o avanço da extrema direita tem sido expressivo nos últimos anos. A Frente Nacional, liderada por Jean-Marie Le Pen, vem conseguindo uma crescente simpatia popular para as propostas racistas que empunha (Le Pen acaba de propor a deportação em massa de estrangeiros). Além de ter obtido 14% dos votos nas eleições presidenciais, uma recente pesquisa de opinião mostra que 32% dos franceses apóiam hoje o ideário nazista de Le Pen.

A maré reacionária é tão forte que também os representantes da direita considerara civilizada (líderes como Valéry Giscard d'Estaing e Jacques Chirac), tratam de adequar o discurso aos novos tempos. Tanto d'Estaing quanto Chirac passaram a defender pontos de vista racista, expulsão de emigrantes e o estabelecimento da nacionalidade com base no sangue e não mais no território ou na residência, como ocorre atualmente. Mesmo o Partido Socialista, no poder, não subtraiu à tendência e desenvolve uma política a cada

dia mais antidemocrática contra os estrangeiros que residem na França.

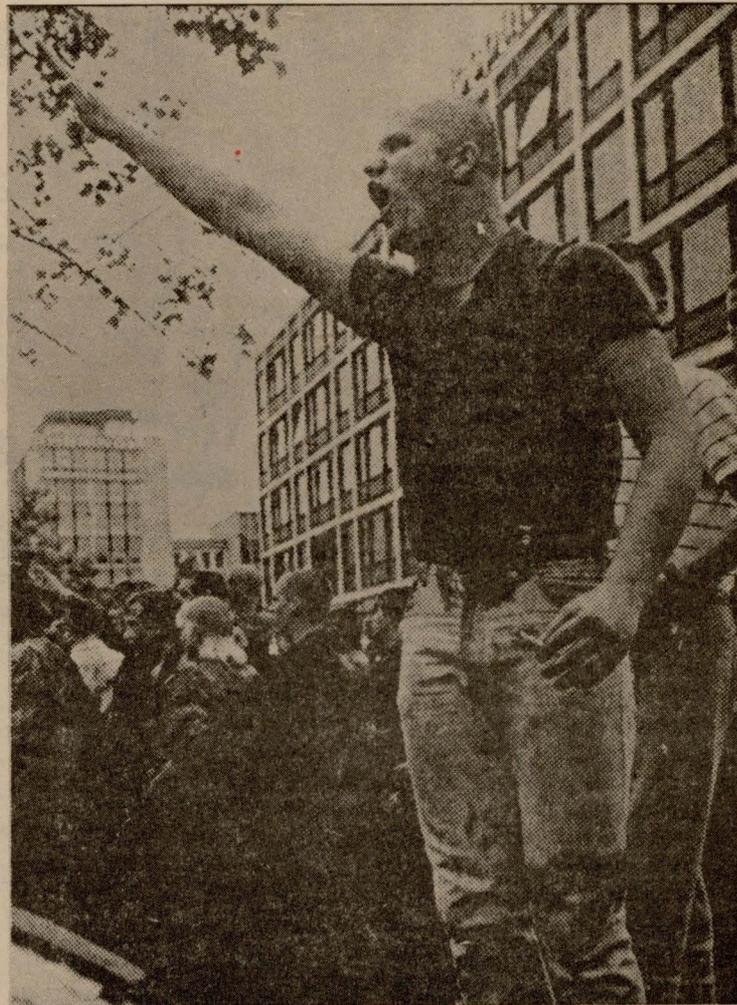
Já na Alemanha computou-se a existência de 69 organizações de extrema-direita, agrupando cerca de 40 mil pessoas. Lá, como em geral nos outros países, a ação de tais grupos tem características nitidamente criminosas, não se restringindo à manifestação pacífica. Cerca de 600 atentados (incêndios, espancamentos, assassinatos, entre outros) foram perpetrados por neonazistas contra grupos de estrangeiros somente este ano. O governo, e a polícia, têm sido admiravelmente tolerantes até agora, uma política no mínimo muito suspeita.

Embora as classes dominantes estejam em parte incentivando, em parte manifestem indiferença em relação ao problema (a CEE, em conjunto, acena com sérias restrições aos emigrantes, criando uma espécie de "cordão sanitário" em torno da Europa), notam-se movimentos de massas contra o renascimento do fascismo, particularmente na Alemanha. Não é difícil ver, porém, que a escala de tais manifestações ainda é insuficiente para deter a maré reacionária. Na verdade, décadas de corrupção da consciência do proletariado e das massas pelo imperialismo e pela social-democracia cobram agora seu preço, com uma parcela significativa dos trabalhadores sendo envolvidos pela xenofobia.

Crise econômica

A onda reacionária que começa a dominar a Europa, com a tendência à fascistização confirmada em 1991 e projetando desdobramentos trágicos para o futuro, não pode ser compreendida como um fenômeno isolado, que se explica, se basta e talvez se encerra em si. É determinada e se entrelaça com contradições bem concretas do sistema imperialista tomado como um todo, destacando-se a crise econômica.

Um dos traços mais marcantes desta crise, este com caráter estrutural, é o progressivo declínio das taxas de crescimento do PIB, parenteando uma dificuldade crescente de reprodução do sistema capitalista e uma clara tendên-



Um neo-nazista numa manifestação na Alemanha

cia à estagnação. Isto se materializa de forma desigual entre as nações e atinge de maneira dramática os EUA e as potências europeias. Os acontecimentos no Leste europeu e a reunificação alemã decerto acrescentaram novos ingredientes ao problema.

O fato é que a Europa conta, atualmente, com um nível elevado de desemprego (9% da força de trabalho) e empreende-se um considerável retrocesso nas condições gerais de vida de sua população, uma degradação do próprio emprego (com a evolução do chamado emprego precário ou irregular) e uma ofensiva para rebaixar os salários.

A deterioração das condições de existência dos trabalhadores tem como contrapartida o crescimento do descontentamento e da revolta, mas a consciência da crise entre a maioria é notoriamente deformada. A direita, desde suas alas mais civilizadas até as mais extremistas, tem revelado indiscutível habilidade para manobrar os sentimentos populares, orientando-se para o leito do racismo e da xenofobia, superestimando a importância dos emigrantes e acirrando a concorrência entre os próprios assalariados. Na CEE, o total de emigrantes representava apenas 2,5% da população em 1988. No entanto, são considerados os culpados pelo agravamento da crise, graças à propagação simplista estimulada pelas classes dominantes.

É como atribuir a crise de São Paulo aos nordestinos. A consciência dos operários da região, entorpecida e corrompida pelo imperialismo, tornou-se facilmente manipulável por essa política de alienação

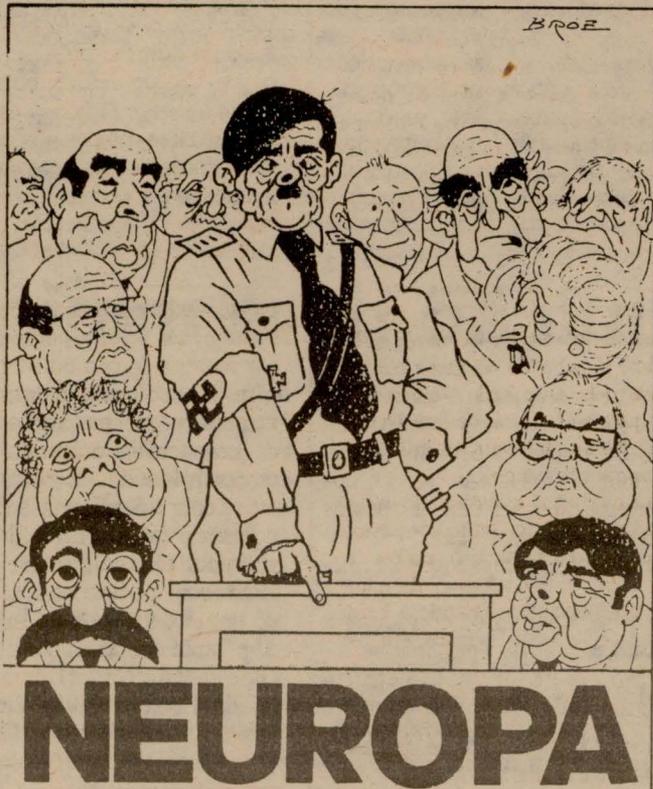
feitos com maestria pela burguesia.

Caminho da guerra

Também não é possível enxergar as perspectivas da tendência fascizante sem considerá-la no entrelaçamento com uma outra contradição característica deste momento em que ela se desenvolve: o desequilíbrio de forças entre as potências imperialistas, a desproporção entre poderio econômico e militar nos EUA, Japão e Alemanha e o inevitável acirramento da concorrência pela hegemonia mundial.

Uma das lições que a história nos ensina neste século é que o movimento de tal contradição tende inelutavelmente para a guerra e que a diplomacia que o acompanha objetivamente prepara o confronto. Temos sinais típicos disto no realinhamento de forças entre as potências na Europa e na Ásia e a projeção do declínio econômico dos EUA para o plano político-militar, indicada pela decisão de constituição de um exército franco-alemão na Europa (que já nasce balbuciando "adeus OTAN") e a perda das bases militares nas Filipinas e de posições políticas na Ásia.

A consciência racista é irmã gêmea da xenofobia e quando surge à luz, assim a vida nos sugere, despertada pelas ambições imperialistas da grande burguesia, é sinal de que uma terrível tempestade se anuncia. Não se pode perder de vista o entrelaçamento da tendência ao reacionarismo político, que se observa em quase todo o mundo imperialista, com a preparação da guerra pelas potências capitalistas.



O jornalismo investigativo na luta contra o Capital

Antônio Carlos Quelroz*

Na edição anterior da *Classe*, contou-se em rápidas pinceladas, a história de Edmond Safra, o banqueiro sírio-brasileiro, dono do *Republic National Bank of New York*, suspeito de se envolver com grandes quadrilhas internacionais de narcotraficantes. Como se viu, a história de Safra, denunciada mais de uma vez na tribuna da Câmara e na CPI do Narcotráfico pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), não teve qualquer repercussão na imprensa. As razões disso, fácil de deduzir, é o poderio do dono do Republic Bank, um dos homens mais ricos do mundo, capaz de mobilizar as maiores personalidades do mundo político e dos negócios quando seus próprios negócios correm alguns riscos.

Como se informou na matéria-prima anterior, Safra está processando o jornalista suíço Jean Claude Buffle, porque este publicou, na revista *L'Hebdo*, a história de suas prováveis ligações com o mundo do crime. (1) O julgamento já ocorreu mas o juiz do tribunal de Genebra só vai proferir a sentença no final de dezembro. A pena pedida pelo promotor contra o jornalista foi de três meses de prisão e uma multa de 5 mil francos. Se for condenado, o chamado "jornalismo investigativo" sofre um duro golpe. E a Suíça aumenta a fama de ser um país "acima de qualquer suspeita", como ironicamente o trata o deputado suíço Jean Ziegler. Se, ao contrário, o jornalista não for condenado, quem fica muito mal é o banqueiro Edmond Safra, cuja fortuna sempre o livrou das acusações de envolvimento com o crime, feitas contra ele desde os anos 40.

Como impressionar a justiça suíça

No discurso feito no dia 7 de novembro, o deputado Aldo Rebelo referiu-se a esse julgamento dizendo que Safra não podia ficar passivo diante dele. "Nas últimas semanas - disse Aldo - o banqueiro parece ter desencadeado uma série de ações com o provável objetivo, esta é a minha hipótese, mais ou menos óbvia, de criar um clima político desfavorável aos jornalistas no âmbito da justiça suíça". Que ações seriam estas? Aldo Rebelo referiu-se ao prêmio "Personalidade do Ano", outorgado pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, "e à maciça publicidade do *Banco Safra* e do *Republic National Bank of New York* na imprensa brasileira e internacional".

O prêmio foi outorgado ao presidente da *Editora Abril S.A.*, Roberto Civita, e ao presidente do *Republic National Bank of New York*, Walter H. Weiner. Seria mera coincidência a outorga desse prêmio ao editor de uma das maiores revistas do mundo, a *Veja*, e ao presidente do Banco de Edmond Sagra em Nova Iorque, justamente às vésperas do julgamento do jornalista suíço? Pergunta Aldo Rebelo, respondendo na bucha: "Eu creio que não".

Onde se deu a solenidade de entrega do prêmio? O deputado esclarece: "No *Plaza Hotel*, em Nova York, um dos hotéis mais chiques do mundo, cópia do Palácio de Versalhes e cenário de vários filmes fa-

mosos". Quem compareceu à solenidade? "Aí é que ficamos intrigados - espanta-se Aldo - saíram do Brasil para prestigiar o evento, personalidades tão respeitáveis como o presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides; o presidente da

Câmara dos Deputados, deputado Ibsen Pinheiro; os senadores Fernando Henrique Cardoso e Lourival Baptista; os deputados Roberto Campos, César Maia e José Serra; os empresários Olacyr de Moraes, Roberto Maluf, Horácio Yves Freire, Carlos Alber-

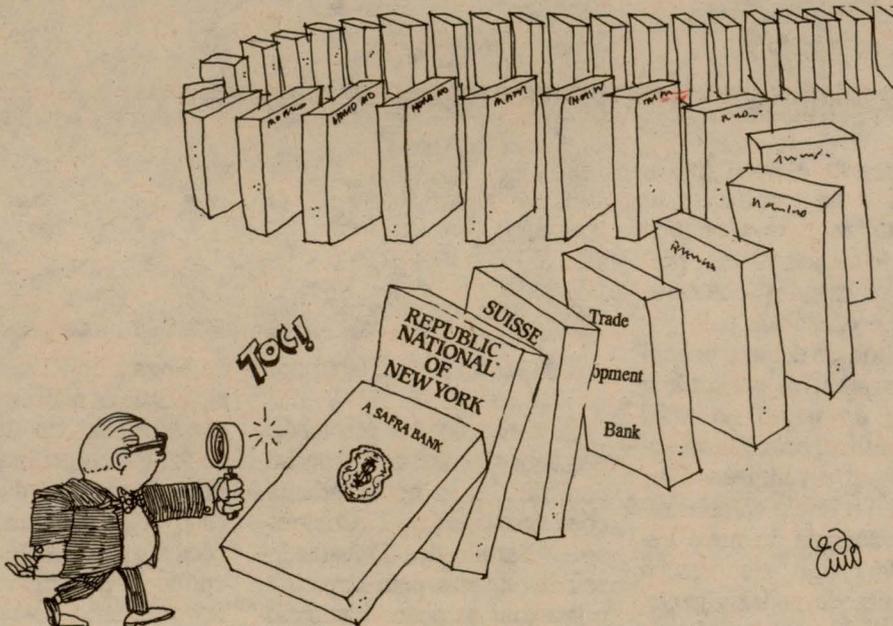
to Vieira e José Vieira. Até mesmo o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury, que estava em Nova Iorque por outro motivo, passou por ali.

A mídia está "infiltrada"

O deputado Aldo Rebelo informa que nos discursos dos dois homenageados foram feitos elogios ao programa de privatização das estatais brasileiras; elogios ao fim da reserva de mercado para a Informática brasileira; elogios à disposição do governo brasileiro de adotar uma nova legislação para marcas, patentes e propriedades intelectual, etc. Um trecho do discurso do presidente do *Republic National Bank*, no entanto, chamou a atenção: "É freqüente se ouvir falar do papel cada vez mais importante da mídia na sociedade. Infelizmente, é menos comum ressaltarem as questões éticas que se multiplicam em série com este tipo de poder. Questões que vão desde a ameaça do que o pensamento "coletivo" representa para a expressão individual até a **infiltração de elementos na mídia, cujo objetivo é distorcer uma história para defender interesses próprios**". Tais elementos, afirma Aldo no discurso, só podem ser os jornalistas suíços processados por Safra.

Tão logo fez as denúncias na Câmara, o deputado Aldo Rebelo recebeu um telefonema de Joseph Safra, um dos donos do Banco Safra. Joseph queria marcar um encontro com o deputado em Brasília, "se possível hoje mesmo", para lhe mostrar documentos que comprovariam a inocência de seu irmão Edmond. O banqueiro, porém, voltou atrás nesse propósito.

Dias depois, Joseph mandou um amigo seu falar com Aldo. A conversa aconteceu no dia 27 de outubro à noite, no restaurante do Edifício Dacon, que fica na esquina da Cidade Jardim com a Faria Lima, em São Paulo. O amigo de Safra, sócio de uma das mais cotadas agências de publicidade do país, estava acompanhado de outro amigo, editor de uma revista especializada em mídia. Os documentos que supostamente "comprovariam" a inocência de Edmond Safra eram a sentença da justiça francesa condenando o deputado Jean Ziegler e as *Éditions du Seuil* a pagar uma indenização e a retirar o trecho do livro "A Suíça Lava Mais Branco" referente ao banqueiro sírio-brasileiro (ver matéria anterior), recortes de jornais sobre o assunto e cópia da carta do presidente do *American Express* em que este pedia desculpas a Safra (ver também a matéria anterior). Nada de excepcional, portanto. Excepcional mesmo foi um ato falho do amigo dos Safra, que acabou contando que seu filho é fabricante de jóias.



A história do banqueiro e a história do profeta

Bertold Brecht disse certa vez que "fundar e assaltar um banco é a mesma coisa". O grande poeta alemão estava errado. Os assaltos envolvem riscos muito maiores. Fundadores de muitos bancos, os Safras certamente correram alguns riscos mas sempre contaram com o que as pessoas de bom coração chamam de "sorte".

Um dos exemplos da "sorte" dessa família foi denunciado pelo deputado Aldo Rebelo no dia 8 de outubro. Trata-se da incrível história da origem do *Excel Banco*, de propriedade de Ezequiel Nasser, sobrinho de Edmond Safra, relatada pela revista *Exame* de 17 de abril de 1991.

A revista compara Ezequiel - ou Ezi, para os íntimos - ao Gastão, o afortunado sobrinho do Tio Patinhas. *Exame* informa que, como os tios Edmond, Joseph e Moise Safra, Ezequiel também nasceu na Síria, e que foi "introduzido no mundo prático das finanças em 1967, quando era estudante em Nova York, como assistente de seu tio Edmond, no *Republic National Bank of New York* (braço do grupo Safra nos Estados Unidos)". Ele ficou sete anos no RNB, no qual chegou a ocupar o cargo de *senior vice presidente* e foi, ainda, diretor da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. Em 1973, veio para o Brasil, "com a missão de desenvolver a área financeira do grupo Safra".

No Banco Safra Ezequiel ocupava uma das vice-presidências até o início de 1990, quando resolveu abrir o seu próprio banco, em sociedade com o seu pai, Rahmo Nasser. "Abandonar o barco da família foi uma prova de arrojo", afirma a revista *Exa-*

me. "Afinal, no Safra, Ezequiel teria uma gorda aposentadoria à espera. Em vez de optar por um futuro assegurado, resolveu assumir os riscos de andar com as próprias pernas".

Agora é que vem a parte mais emocionante! "Pode se dizer que ele começou com sorte", afirma a revista *Exame*, arrematando: "No dia 13 de março do ano passado (1990), véspera do feriado bancário que precedeu o confisco dos ativos financeiros, Ezequiel se desembaraçou de quase todos os seus cruzados novos. Por uma quantia equivalente a 7,5 milhões de dólares, comprou um prédio onde instalou a sede do *Excel*. O edifício, de dez andares, está localizado na esquina da Rua Augusta com a Avenida Paulista, no centro financeiro de São Paulo, em frente à sede do *Banco Safra*".

Isso mesmo: na véspera do famigerado Plano Collor, já sabendo do mega-confisco planejado pela *Miss Zélia* - quem será que contou para ele? -, mais do que depressa Ezequiel Nasser salvou seus milhõezinhos e comprou um banco!

Mais fantástica que a história do sortudo sobrinho de Edmond Safra, só mesmo a história de outro Ezequiel, o profeta do Antigo Testamento, que no dia 5 do quarto mês do trigésimo ano, estando à beira do rio Cobar, afluente do Eufrates, viu que os céus se abriram e que "um vento impetuoso vinha do Norte, uma grande nuvem envolta em claridade e relâmpagos, no meio da qual brilhava algo como se fosse ouro incandescente" (Ez 1,1-4).

(1) Além de Buffle, está sendo processado também ex-editor de *Hebdo*, Jacques Pilet. Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Nova etapa do movimento Negro no Brasil

JUAREZ TADEU*

O 1º Encontro Nacional de Entidades Negras foi o evento mais importante realizado pelo Movimento Negro nos últimos anos.

Ele alinhou-se aos dois principais momentos do negro depois de 1888: a criação da Frente Negra Brasileira (anos 30) - que formulou o primeiro projeto político do MN e o surgimento do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (anos 70) - que inaugurou o moderno discurso e prática do combate ao racismo no Brasil.

Além disso, atingiu os objetivos: deu visibilidade a luta racial; ampliou o conhecimento da radiografia social do povo negro; desvendou os mecanismos políticos do racismo; aprovou resoluções de combate à estrutura de poder político e assegurou uma direção capaz de encaminhar as resoluções aprovadas.

Nas discussões políticas, o racismo foi abordado como uma estratégia para se manter a atual estrutura de poder político, econômico e social.

Chegou-se à conclusão de que o racismo não é "apenas uma prática de exclusão da cidadania".

Enfatizou-se: o racismo é uma política calculada de extermínio do povo negro, como sugere os documentos analisados: "Estrutura de Poder Nacional para o Ano 2001 - 1990/2000 a Década Vital por um Brasil Moderno e Democrático" (1989) da Escola Superior de Guerra, o "Memorando de Estudo da Segurança Nacional" (1974) do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, entre outros.

O primeiro orienta o extermínio físico dos "cinturões de miséria" e de crianças e adolescentes de rua. O segundo orienta a esterilização em massa nos chamados países do Terceiro Mundo. No total, treze. Em especial, no Brasil.

Objetivos: não permitir que esses países se tornem potências mundiais, preservar as fontes de energia, a fim de serem

exploradas pelos Estados Unidos e permitir o "melhoramento" racial do mundo".

Resoluções

O Encontro avaliou que a tendência é de ampliação do extermínio. Motivo: a política de barbárie projetada nas pranchetas das grandes potências mundiais e executada pelo governo Collor. Os debates indicaram: é impossível construir a cidadania do negro no atual quadro político, econômico, social, cultural e religioso. Eles afirmaram: o início da construção da cidadania do povo negro se dará com a superação da estrutura de poder vigente. A União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO) deu contribuição decisiva para se chegar à esta formulação.

Ela supera as anteriores.

Os projetos políticos anteriores apoiavam-se na possibilidade de integração sem trauma do negro na sociedade. A ilusão afogou-se na dura realidade social do povo negro.

Outra inovação: superar as denúncias.

Elas foram e são importantes.

Sob o impacto de pesadas denúncias ruíram-se os alicerces do mito da "democracia racial". Mas, pela banalização, perderam a eficácia mobilizadora. No ENEN, o MN registrou a necessidade de participar na elaboração de um novo projeto político social.

Nesta linha, foram aprovadas as principais resoluções: prorrogação do mandato por 90 dias da atual Coordenação Nacional; reformulações dos Fóruns Estaduais; realização do 1º Seminário Nacional dos Direitos Reprodutivos da Mulher Negra; retomada da campanha "Não Matem Nossas Crianças" e participação nos Fóruns Estaduais e Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes; realização do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Negros; participação nas lutas dos Movimentos Populares, destacando a questão racial.



Fortalecer os Fóruns

A aplicação das resoluções não será simples. Em especial, confirmadas as novas orientações aprovadas no 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores, divulgadas pela imprensa: privilegiar as ações institucionais e rever o arco das alianças. Elas chocam-se com as resoluções do ENEN. Nelas, diagnosticou-se a impossibilidade de soluções institucionais para problemas estruturais. Além disso: vinculação aos Movimentos Populares e contrários ao projeto de barbárie do governo Collor. A preocupação se justifica. O PT é o partido de maior representação no MN.

A sub-secretaria Nacional

de Negros do PT estuda a possibilidade de realizar um Encontro Nacional no 1º semestre de 92. Ele coincidirá com o término do mandato da Coordenação Nacional, segundo informações disponíveis. Nele será discutido a estratégia do PT no novo cenário discutido pelo ENEN. É indiscutível: as definições desse Encontro exercerão influência no futuro do MN, positiva ou negativa.

A alternativa a um possível recuo na aplicação das resoluções do ENEN é o fortalecimento dos Fóruns Estaduais de Entidades Negras.

Ou seja, grupos de trabalhadores negros, estudantes secundaristas e universitários, mulheres, culturais, capoeira, vincula-

dos a cultos afro-brasileiros, etc, precisam transformar os Fóruns num centro de discussão política dos problemas do povo negro, no quadro da crise generalizada do país. Em síntese: vincular as lutas anti-racistas às lutas gerais contra o projeto EUA/Collor de destruição nacional. Isso, em todas as frentes. A UNEGRO destacou-se na formulação da nova leitura social do MN.

Agora, o desafio é destacar-se na aplicação das resoluções aprovadas no ENEN. Mais: contribuir na construção de um projeto político revolucionário capaz de superar as discriminações de classe, raça e sexo.

* Presidente da UNEGRO-SP

Não à discriminação

Mais um caso de racismo declarado torna-se motivo de denúncia e repúdio. Em 12 de outubro, o vereador Vital Nolasco do PCdoB-SP ocupou a tribuna da Câmara para relatar um caso praticado na sala de aulas da escola Anglo Vestibular.

A denúncia chegou-lhe às mãos através do pai da estudante Patrícia da Silva.

O fato deprimente, durante a aula de Literatura Portuguesa, foi praticado pelo professor Fernando, contou ele: "um negro, ao pisar num monte de fezes, se pergunta atônito na rua: será que estou derretendo?"

A piada racista constitui crime flagrante. Segundo a Constituição Federal, Capítulo I, artigo 5º, parágrafo 42º, "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei".

Patrícia da Silva, em resposta ao degene-

rado senso de humor do professor Fernando, enviou, através de seu pai, uma carta aberta, de repúdio ao ocorrido.

Eis alguns trechos da carta: "Minha pele não é negra como bosta... Essa pigmentação lembra a noite estrelada, a nobreza da pérola, o café que durante 60 anos gerou riquezas aos fazendeiros e uma série de 'estupros' contra os negros, mas principalmente o condor que em seus altíssimos vãos descobre maravilhas às quais determinados homens são insensíveis. Jamais bosta!"

E, continua: "A cor de bosta, que vê na minha pele, é reflexo do serviço de limpar as fezes do mundo que nos foi doado, e da bosta de vida que nos é cedida. Ninguém beija o negro... ninguém abraça o negro... Todos zombam. E nós recebemos esses risos, aprisionamos-os em nossos corações. E, contudo, conseguimos alegar nossas almas."

Centro de Documentação e Informação da Fundação Maurício Grabois

5º Congresso da Contag

O Movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais brasileiros teve alguns importantes avanços em seu 5º Congresso Nacional realizado em Brasília de 26 a 30 de novembro último. Participaram 2095 delegados de 23 estados e a Contag completava 28 anos de lutas.

No final do ato de abertura, Aloísio Carneiro que foi reeleito presidente da entidade, chamou a atenção de todos os congressistas e convidados para um fato de máxima importância política: "Realizamos o Congresso no instante em que o país atravessa uma das mais graves crises de nossa história. Crise que é política, econômica, social e moral... tudo isso mostra a face um governo antipopular e antidemocrático", disse ele.

Cut fortalece a Contag

A Central Única dos Trabalhadores - CUT - a mais forte e importante central do nosso país, com os seus 1.700 sindicatos, participou do 5º Congresso, com suas delegações vindas dos 600 sindicatos de trabalhadores rurais a ela filiados.

Jair Meneguelli, presidente da CUT, após referir-se à crise sem precedentes que o país enfrenta afirmou que: "estamos vindo oferecer a luta pela unidade dos trabalhadores da cidade e do campo... o sucesso da luta dos trabalhadores do campo depende da unidade com as lutas dos trabalhadores urbanos, não dá para separar."

O 5º Congresso decidiu continuar o debate sobre a questão de filiação da Contag à uma central sindical após ter aprovado alguns critérios para se filiar. O Congresso reconheceu que a CUT é a central que mais se identifica com a luta dos trabalhadores rurais com



eles tem compromisso. E essa posição foi apoiada por diversas federações não cutista.

A nova diretoria da Contag é uma composição de forças na qual estão presentes representantes da CUT em cargos importantes como a secretaria geral. Representantes da Corrente Sindical Classista da CUT também estão na nova diretoria.

Os comunistas no Congresso

Entre os 2095 delegados estiveram presentes comunistas do PCdoB, em número ainda pequeno mas com uma participação bastante ativa. A sua atuação esteve centrada na luta intransigente contra o governo Collor. Compareceu ao Congresso a deputada federal Socorro Gomes do Pará que tem tido uma ação destacada em defesa dos trabalhadores rurais especialmente dos posseiros do sul de seu estado.

Por ocasião da realização do Congresso o PCdoB divulgou uma nota aos delegados que diz entre

outras coisas: "O Brasil vai para o primeiro mundo, é o que declara o presidente Collor aos quatro ventos. Enquanto isso, a imprensa revela que 50 mil crianças, entre 6 e 11 anos, trabalham no corte da cana em Alagoas... quase 5 milhões não têm ao menos carteira assinada.

Mas não sabemos que ao lado disso no campo, crescem imensas fortunas... nas mãos dos ricos latifundiários. O PCdoB sempre marcou sua atividade por uma forte ligação com a luta do campo. Seus militantes estiveram presentes desde as primeiras jornadas pela criação dos sindicatos de trabalhadores rurais, pelo seu fortalecimento, participaram ao lado dos camponeses em conflitos armados... e é reconhecida a vinculação estreita do partido com a indomável luta de Rio Maria... O PCdoB orgulha-se desta presença e considera um dever apoiar todas as iniciativas pela reforma agrária, por terra, salário e produção."

Antônio Soares - Tom, colaborador

Greve na Sabesp reforça unidade da categoria

Pelo quarto ano consecutivo, os trabalhadores em água, esgoto e meio ambiente de São Paulo, funcionários da Sabesp e Cetesb, paralisaram suas atividades na luta por melhores salários. A greve de quatro dias, no final de novembro, foi bastante ativa e se desenvolveu de maneira democrática. Os grevistas realizaram assembleias diárias e três passeatas massivas pelo centro da capital paulista.

Segundo informações das próprias companhias do Estado, a paralisação atingiu cerca de 90% dos funcionários do setor operacional da Sabesp e contou com adesão total na Cetesb.

Do ponto de vista econômico, a categoria conquistou o mesmo reajuste oferecido aos metroviários - 28% em novembro e 21% em dezembro. No caso da Sabesp, o Tribunal Regional do Trabalho julgou a greve abusiva - numa decisão nitidamente arbitrária.

O TRT nem sequer levou em conta que o sindicato garantiu a realização dos serviços essenciais de saneamento, que foram operados por grevistas

escalados pelo comando de mobilização para os "plantões de emergência".

O grande saldo da greve, entretanto, foi político. Apesar da recessão e das ameaças de demissões feitas pelo governo do Estado, a categoria foi à luta. Ela não se intimidou e nem se acomodou. Nesse sentido, o sindicato, que é presidido por Nivaldo Santana, coordenador da Corrente Classista da CUT, ganhou ainda maior prestígio e representatividade. A entidade investiu tudo na mobilização da categoria, organizando os piquetes e as manifestações de rua.

O reconhecimento por essa atuação combativa ficou evidenciado na assembleia final, quando os grevistas aprovaram um desconto de 10% para os não sindicalizados a título de contribuição para fortalecimento do sindicato. Cerca de 80% dos 20 mil funcionários da Sabesp são sindicalizados. Os não sócios normalmente são os fura-greves, que desta forma foram penalizados pelos grevistas, numa bela lição de espírito de unidade de classe.

QUESTÃO DE ORDEM

Balanco aponta os novos desafios

Altamiro Borges*

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional, que durante seis meses estudou a questão da fome no Brasil, acaba de divulgar seu relatório com dados estupefacentes sobre o aumento da miséria do país. Entre outras informações bombásticas, o documento oficial aponta que atualmente existem 27 milhões de "miseráveis" e cerca de 60 milhões de brasileiros "pobres". Esses dados servem como baliza para que o movimento sindical realize um balanço de sua atuação no ano que se encerra.



Uma primeira conclusão é que a vida dos assalariados está cada vez mais difícil. O governo Collor de Mello, com o seu projeto "neoliberal", degradou ainda mais as condições de sobrevivência dos trabalhadores. Só para citar os fatos mais recentes, nos últimos dois meses os tecnocratas do Palácio do Planalto arrocharam o reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas, aumentaram o desconto na fonte do Imposto de Renda para os assalariados e elevaram os juros para evitar o consumo do final do ano.

Reação fragmentada

Uma segunda conclusão é a de que os trabalhadores e as forças progressistas da sociedade não conseguiram ainda forjar um forte movimento de resistência aos planos palacianos de entrega do país e de exclusão de milhões de brasileiros do mercado de trabalho e de consumo. Isso não significa que não existiram lutas. No caso particular do sindicalismo, dados parciais indicam que cerca de 10 milhões de assalariados paralisaram suas atividades em 91.

Entretanto, a maioria desses enfrentamentos se deu de forma isolada, atomizada. O movimento sindical, e em especial a CUT, não conseguiu canalizar todo o descontentamento num confronto mais global ao projeto neoliberal. A ausência de um plano estratégico de combate à política do governo, que estabelecesse campanhas e fixasse bandeiras, inviabilizou a unificação das lutas sindicais.

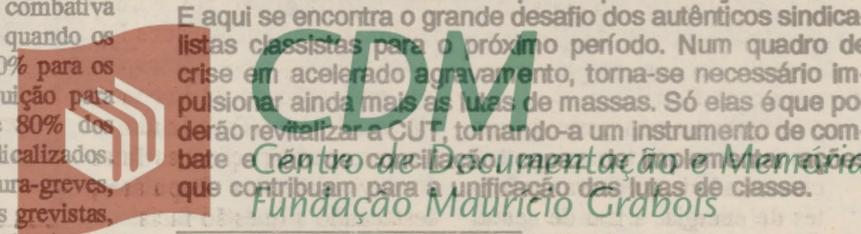
Vários fatores explicam essa lacuna. A própria recessão é um dado objetivo que dificulta a reação dos trabalhadores, pelo menos num primeiro momento. Mas seria incorreto debitar apenas nesses obstáculos a explicação pela falta de uma ação mais unitária, combativa e politizada do movimento sindical. É necessário também enfatizar que o sindicalismo cutista, que é o que tem peso no cenário nacional, não jogou o papel necessário neste ano. A CUT padeceu de uma certa apatia e ficou amarrada em brigas intestinais. Hoje passa por uma crise de identidade.

Desvios reformistas

A principal razão dessa crise é que a sua corrente majoritária, a Articulação, tem cada vez mais adotado posições social-democratizantes. Ela vacila inclusive no combate ao projeto neoliberal do governo Collor, não adotando posições firmes contra as privatizações e a internacionalização da economia. Nem mesmo a bandeira de "Fora Collor" essa tendência concorda em empunhar.

Essa postura da Articulação e as brigas fratricidas no interior da central acabaram por emperrar a ação da CUT. E aqui se encontra o grande desafio dos autênticos sindicalistas classistas para o próximo período. Num quadro de crise em acelerado agravamento, torna-se necessário impulsionar ainda mais as lutas de massas. Só elas é que poderão revitalizar a CUT, tornando-a um instrumento de combate e resistência. O documento de orientação para a unificação das lutas de classe.

* Coordenador do Centro de Estudos Sindicais



URSS: o golpe de misericórdia



Miyazawa promove o militarismo

Renasce o militarismo japonês

No último dia 3 de dezembro a Câmara Baixa do Parlamento japonês aprovou um projeto de lei que permite o envio de tropas para intervir no exterior. Foram 311 votos a favor e 167 contra. O governo do primeiro ministro Kiichi Miyazawa trabalhou pela aprovação do projeto. 2000 homens do exército japonês poderão ser colocados à disposição da ONU para "ações de paz".

Tal fato acontece quando se completaram no último dia 7 deste mês 50 anos que os aviões japoneses em Pearl Harbor destruíram uma parte importante da frota americana no Pacífico, além de 188 aviões. Alguns anos mais tarde, praticamente já terminada a guerra, os EUA lançaram bombas atômicas sobre Hiroxima e Nagasaki, cidades densamente povoadas, ocasionando a morte de 100 mil pessoas e

outro tanto de feridos.

Com a derrota dos japoneses e demais forças nazi-fascistas, nas circunstâncias criadas após a Segunda Guerra Mundial, o Japão foi obrigado a incluir no artigo 9º de sua Constituição uma proibição de uso de forças militares além de suas fronteiras.

A decisão dos parlamentares japoneses com o apoio do governo, é uma consequência da elevação do Japão à categoria de grande potência econômica e tecnológica, reflete os anseios hegemônicos daquele país. Ao mesmo tempo vão caindo por terra os discursos de que com o fim da bipolaridade o mundo teria entrado num período de desenvolvimento pacífico ou de que a possibilidade de um confronto armado entre as grandes potências imperialistas é algo tão remoto quanto o sol engulir a terra em fogo.

Opressão indonésia

Desde 1975 o Timor-Leste foi ocupado militarmente pela Indonésia. A partir daí o povo daquele país tem sido vítima constante de atos de repressão por parte das forças militares indonésias. São detenções, torturas, execuções extra-judiciais e "desaparecimento". A Anistia Internacional denunciou recentemente que pelo menos 30 pessoas e "possivelmente muito mais" já foram

mortas pelas forças de segurança indonésias.

Diante das pressões internacionais que vão se formando no sentido de que sejam respeitados os direitos do povo do Timor-Leste, o governo indonésio mostra-se completamente contrário. Tem boicotado a visita de personalidades e entidades que buscam conhecer de perto a situação daquele país.

A combalida União Soviética parece ter recebido um golpe de misericórdia no último dia 2 de dezembro, quando nada menos que 90,85% da população da Ucrânia votaram favoravelmente à independência da república.

Trata-se da segunda maior república da ex-URSS, com cerca de 52 milhões de habitantes, respondendo por 25% do PIB e 23% da agricultura do país, além de possuir um respeitável arsenal nuclear (com 2 mil ogivas e 176 mísseis estratégicos, de longo alcance). Também foi eleito o novo presidente do país, Leonid Kravchuk, ex-ideólogo do PCUS e agora um nacionalista partidário das reformas capitalistas, com 60% dos votos.

A decisão dos ucranianos inviabiliza qualquer projeto de manutenção de uma união com base nas repúblicas soviéticas, assim como torna irrecusavelmente artificial a existência de um poder central em Moscou.

Leonid Kravchuk defendeu a organização de uma "união", mas em bases totalmente distintas das que sustentaram a URSS e em contraposição à proposta de um Novo Tratado da União feito por Gorbachev.

Seria, conforme suas palavras, "a união de países completamente independentes, espelhada na Comunidade Européia e cuja capital não seria Moscou". Da mesma forma, ele propõe, ao lado de exércitos nacionais independentes, um controle do arsenal nuclear soviético pelas repúblicas eslavas (Rússia, Ucrânia e Bielo-rússia) e o Cazaquistão (que dispõe de armas nucleares), o que implica no fim da centralização do poder neste nível e, em particular, a marginalização de Moscou (ou de Gorbachev e assessores, inclusive os chefes militares soviéticos).

Mais de 300 parlamentares do Congresso Nacional, integrantes de quase todos os partidos políticos, subscreveram um abaixo-assinado encaminhado ao ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, em que solicitam a intervenção diplomática brasileira, nos fóruns internacionais, a favor da suspensão imediata do bloqueio econômico imposto ao Iraque. Depois da guerra no golfo, e com a obediência pelo governo iraquiano de todas as resoluções da ONU adotadas contra aquele país árabe, não há qualquer argumento aceitável para a manutenção do bloqueio que, não obstante, continua sendo aplicado.

No documento, os parlamentares observam que a continuidade das medidas punitivas têm afetado "de

Desintegração

Gorbachov, agora literalmente pendurado na broxa, acusou o golpe e reagiu de uma forma patética. Fez dramáticos apelos para que as 12 repúblicas ainda oficialmente soviéticas (fora os três países bálticos, que tiveram suas proclamações de independência reconhecidas) aprove seu Novo Tratado da União de Estados Soberanos, referiu-se a uma "verdadeira crise de Estado", perigo de "um novo golpe de Estado, bem mais forte do que o de agosto" e, enfim, disse que os desdobramentos mais prováveis da desintegração serão "convulsões sociais e guerras".

Independentemente do mérito de suas previsões, o fato é que Gorbachev já vem sendo tratado como um cachorro morto e o que de mais gentil tem se falado a seu respeito, entre os novos líderes soviéticos (e igualmente entre os amigos que cultivou no Ocidente), é que deve renunciar, o quanto antes melhor. É notório que ele já não possui qualquer autoridade dentro do país. A tragédia da desintegração da URSS, um dos frutos da *perestroika*, torna mais patente o artificialismo do poder central instalado em Moscou.

A Federação Russa, percebendo a nova situação criada pela eleição ucraniana no dia 2, anunciou o reconhecimento da independência, muito embora a contragosto (já que seus dirigentes preferiam uma união sob o comando russo). O presidente Boris Yeltsin declarou que terá de tomar medidas parecidas com as da Ucrânia, para não se atrasar, e deu a entender que já fará esforços a favor do Novo Tratado da União, renunciando (junto com outros 14 deputados russos) ao parlamento soviético e assumindo o controle de várias instituições econômicas e financeiras soviéticas.



Kravchuk foi eleito presidente

Também o Canadá, a Polônia e Hungria reconheceram a independência, enquanto os Estados Unidos deram sinais de que tomarão iniciativa semelhante em pouco tempo e as potências européias orientam-se para uma posição parecida. Na cúpula das Forças Armadas soviéticas a insatisfação é grande e crescente, mas não há indicadores de uma reação maior à declaração de independência. A separação vai se tomando, desta forma, um fato consumado.

A independência da Ucrânia não é um golpe apenas na União Soviética, criada em 1922. Também implica uma redefinição de fronteiras anterior à própria revolução bolchevique, eliminando as bases do que foi o próprio Império Russo (constituído com bases na união dos povos eslavos), desde há 300 anos.

A independência acrescenta novos elementos à crise soviética e carrega, particularmente, a explosiva tendência de guerra com outras nações em função de conflitos fronteiriços com a Rússia, cujos contornos já surgiram.

Os russos reivindicam a Criméia e outros territórios hoje sob controle da Ucrânia, que, por sinal, também já nasce como a terceira potência nuclear do planeta (atrás dos EUA e da Rússia).

Iraque ganha apoio

forma cruel e desumana a população civil iraquiana, principalmente as crianças com menos de cinco anos de idade, em função da fome e da proliferação de doenças infecciosas do estômago e do intestino, consequência da destruição dos sistemas purificadores de água potável, de tratamento de esgoto e das usinas de energia elétrica. Estimativas feitas por uma Comissão da Universidade de Harvard, que visitou o Iraque a pedido do Conselho de Segurança da ONU, revelam que aproximadamente 170 mil crianças iraquianas, com menos de cinco anos de idade, podem morrer esta ano em decorrência do bloqueio".

Depois de detalhar a necessidade de importação de remédios e alimentos, além da "reposição de mate-

riais médico-hospitalares, instrumentos cirúrgicos e componentes químicos indispensáveis" ao sistema hospitalar - todos produtos cuja importação continua bloqueada -, os parlamentares pedem uma intervenção mais solidária do governo, inclusive no sentido de que a dívida governamental do Brasil com o Iraque "seja rapidamente saldada, ainda que sob a forma de exportação de alimentos básicos e medicamentos".

O lema "retirem o bloqueio do Iraque", conforme lembra a embaixada iraquiana no país, em nota à imprensa, interessa hoje "a todos os membros da humanidade". O bloqueio é um retrato amargo da política desumana, vingativa e cruel do imperialismo norte-americano contra os povos árabes.

A animação das Conferências

Unidade em Alagoas

O PCdoB de Alagoas realizou, dias 29 e 30 de novembro, sua V Conferência Regional, a maior já realizada pelo partido em Alagoas, em número de participantes, e na opinião geral dos presentes, também a de melhor qualidade nos debates.

Em todo o processo de discussão, desde as assembléias de base, foram mobilizados no total 708 membros do Partido em todo o Estado. Pela primeira vez, as delegações do interior superaram em número de componentes as da capital. As assembléias elegeram 230 delegados à Conferência Regional, dos quais 215 participaram dos debates e votações, o que dá um índice de 93,5% de comparecimento.

No ato solene de abertura da Conferência estavam presentes, além dos delegados, diversas personalidades representando partidos políticos, sindicatos, o Movimento Familiar Cristão, entidades estudantis e organizações populares. O deputado Aldo Rebelo, saudou os delegados e convidados em nome do Comitê Central. Um momento tocante do ato foi quando o tradicional coral "Menestréis das Alagoas" executou músicas populares e clássicas.

Nos debates, que tomaram todo o sábado, dia 30, a tônica foi a discussão intensa sobre as questões teóricas, políticas e ideológicas do socialismo, e o sentido de unidade que o partido em Alagoas demonstrou possuir. "A partir das Teses, o partido vinha travando um debate interno intenso, que se foi enriquecendo com

toda a vasta produção teórica que tem havido no partido e fora dele, além do próprio desenrolar dos acontecimentos no país e no mundo, com fatos novos sucedendo-se com certa velocidade. Assim, foi uma discussão mais viva, dinâmica", explicou o ex-deputado federal Eduardo Bomfim, da direção regional.

A sólida unidade do Partido em Alagoas ficou patenteada durante todo o debate na Conferência: houve dezenas de intervenções sobre todos os pontos colocados em discussão, porém as opiniões sempre se unificaram em torno da tática e estratégia e das avaliações sobre a conduta política e ideológica do Partido. O Informe Político e os relatórios sobre construção do Partido e política de formação, foram aprovados por unanimidade. Os 24 delegados de Alagoas às ple-

nárias finais do 8º Congresso foram eleitos, e apenas um deles teve um voto contra na plenária. Na eleição do novo Plano do Comitê Regional, houve a inclusão de mais dois nomes além dos propostos.

Dos 37 novos membros titulares eleitos, apenas dois não tiveram unanimidade.

A Conferência também aprovou, por unanimidade, cinco resoluções: saudação ao Comitê Central pelos acertos na direção do Partido: adoção da resolução "Em defesa da nação brasileira aviltada pelo governo Collor", do Comitê Central, como documento básico para a discussão política; luta pela construção de uma frente ant imperialista; defesa da República de Cuba contra as agressões e pressões do imperialismo e a traição de Gorbachev e Yeltsin; e realização de uma Conferência Extraordinária no início de 1992.



A mesa diretora dos trabalhos em Alagoas

Olivia de Casaria

Adesões em São Paulo

Já realizaram-se quase 70 conferências municipais ou distritais, após centenas de Assembléias de Base, agrupando mais de um milhão de comunistas de cerca de 60 municípios. O processo incluiu milhares de participações em debates públicos ou internos, seminários, bem como a maior contribuição estadual em intervenções militantes para a Tribuna de Debates.

O temário do Congresso continua sendo o centro das discussões, agregado agora de uma pauta importante relativa aos planos políticos do partido em cada área. Ganhou força também o debate da situação política vivida pelo país com a consigna FORA COLLOR.

Do ponto de vista da vida do partido, foi o mais amplo e multilateral debate já realizado pela militância, embora ainda inconcluso. Ganham destaque conferências que reuniram muitos operários (como a de Pindamonhangaba, Amparo e Sertãozinho), e as Conferências mais massivas

de São Miguel e Santo Amaro (na capital). Ponto alto foi a realização do Encontro da Capital, praticamente uma Conferência Municipal, munindo o PCdoB de um novo instrumento para unificar e mobilizar o coletivo mais numeroso do Estado. Pelos debates que se realizaram aí, pela ousadia das resoluções políticas e organizativas que foram adotadas, foi um poderoso estímulo para que o partido saia confiante de sua força.

Do ponto de vista ideológico e orgânico, os trabalhos do Congresso até aqui representam um importante avanço qualitativo do partido no Estado. Muitos camaradas antigos retornam a uma militância ativa, muitos novos se incorporaram e, particularmente, importantes adesões vêm se verificando de egressos do (ex)PCB. Na capital, dois presidentes distritais desse partido já se incorporaram (Perdizes e Pinheiros), uma base inteira do Cambuci idem. Há importantes expectativas de que, com o con-

gresso de liquidação novos segmentos venham a reforçar nossas fileiras.

No interior, Ribeirão Preto recebeu a destacada força da camarada Aurea, num Ato Público que reuniu dezenas de pessoas em defesa do Socialismo. Áurea é antiga combatente, perseguida e torturada pela ditadura, com grande liderança e representatividade na região. Com ela ingressou também o camarada Irineu, velho bolchevique que há muito deixou sua marca na organização do trabalho entre os rurais da região. Em outros municípios, destaque para Mauá onde, liderados pelo Presidente daquele partido, dezenas de militantes vão se filiando ao PCdoB. Em Diadema, a antiga sede do diretório do PCB se transformou numa sede do PCdoB com o ingresso do núcleo dirigente em nosso partido. Também em Mirassol e São José do Rio Preto, recolhemos a adesão de ex-membros do PCB, que ajudarão a organizar nosso partido a partir de agora.

TEORIA E PRÁTICA

Capitalismo, socialismo e mercado

LUIS FERNANDES*

A se confirmar as informações veiculadas pela grande imprensa, o 1º Congresso Nacional do PT aprovou uma resolução identificando sua proposta socialista com uma "economia de mercado socialmente regulado". Independente dos termos da resolução oficial, a idéia de que a "modernização" do socialismo exige a preservação da "economia de mercado" está presente no debate atual da esquerda e merece uma análise teórica e histórica mais cuidadosa.



O Capitalismo e o mercado

O argumento básico apresentado por seus defensores é que o mercado é uma instituição que precede historicamente o capitalismo, e por isso pode, também, sobreviver, sendo incorporado à dinâmica do socialismo. É fato que relações de mercado podem ser encontradas, historicamente, mesmo nas trocas entre tribos primitivas. Tudo indica, igualmente, que a transição socialista terá de conviver com elas (e mesmo desenvolvê-las) durante um longo período histórico. Mas a economia de mercado (ou seja, a regulação global do desenvolvimento da economia e da sociedade pelas forças de mercado) é uma realidade do capitalismo. Apenas neste modo de produção, a forma mercadoriana penetra em todos os poros da sociedade, procurando transformar a tudo em fonte de lucro privado, da mesma forma que o toque do mítológico Rei Midas transformava a tudo em ouro. Por isso mesmo, a economia de mercado se baseia, necessariamente, na propriedade privada (burguesa) das forças produtivas e intelectuais fundamentais da sociedade.

A liberdade e o mercado

Do ponto de vista da filosofia marxista, a regulação da vida social pelo mercado implica na negação da liberdade para a humanidade, já que esta continua subordinada a forças que não domina (se antes o que predominava era a "ditadura" das forças da natureza em função do desenvolvimento restrito da ciência, agora trata-se da "ditadura" das forças de mercado). Isto se materializa, concretamente, na incapacidade das sociedades capitalistas resolverem ou evitarem problemas básicos como as crises econômicas, o desemprego, a miséria, a degradação social, a concentração de riquezas e de renda.

A Social-democracia e o mercado

A conclusão da teoria marxista, a este respeito, é clara - para que a humanidade conquiste efetivamente a sua liberdade, ela tem de superar a propriedade privada (e junto com ela, o próprio mercado). A transição socialista tem como desafio justamente criar as condições para esta superação. Ao assumir o poder em diferentes estados capitalistas da Europa nos anos 20 e 30, a social-democracia chegou a uma conclusão oposta - não é preciso expropriar a burguesia, apenas controlar e regular a sua atuação (e, portanto, o próprio mercado) através do "Estado Democrático". Acontece que, justamente por ser proprietária dos meios de produção fundamentais da sociedade, são os interesses da burguesia que predominam no Estado. A extensão de direitos sociais fica subordinada à lógica de acumulação privada. Por isto o "casamento" da social-democracia com o keynesianismo, no século XX, se mostrou incapaz de superar as mazelas sociais características do capitalismo. A atual crise fiscal dos estados capitalistas (que serve de base para a ofensiva neoliberal no mundo) revela os limites da sua "alternativa". E o PT, vai embarcar nessa?

* Cientista político, professor da UFF e membro do Comitê Central do PCdoB

Revista de História e Memória
Fundação Maurício Grabois

Direita volver

BERNARDO JOFFILY*

Daqui a alguns anos, quando for possível escrever a história da social-democratização do Partido dos Trabalhadores, o I Congresso do PT merecerá destaque. Ele não representa o início de um processo, que os observadores mais atentos já enxergavam desde 1979. Também não assinala seu ponto final: o bloco social-democratizante - *Articulação & Companhia* - teve de avançar com cautela, por sofrer o bombardeio dos grupos à esquerda, mas também por temer reações de uma base irrequieta e descontente. Representa, porém, o momento em que a social-democratização tornou-se explícita, assumida e - por mais que isso revolte muitos valorosos companheiros petistas - irresistível.

O rótulo e a essência

O que importa aqui não é o rótulo, mas sua essência. Nada impede que o PT continue recusando até a morte o adjetivo social-democrata, com seu cheirinho de mofo e seu escasso apelo num país como o Brasil.

Mas a social-democracia não é um xingamento; é uma corrente de pensamento e de ação política, com conteúdo bastante definido. Em essência é a corrente que, diante do clássico dilema do movimento operário - reforma ou revolução? - escolhe o caminho da reforma do capitalismo.

Deste ponto de vista, o que se assistiu em São Bernardo do Campo entre 27 de novembro e 1º de dezembro não deixa dúvida.

O Congresso do PT voltou suas baterias contra a esquerda. Derrotou-a em todas as votações (ex-

ceto uma, em que a condenação explícita do recurso à violência dos oprimidos foi evitada por uma intervenção do deputado Vladimir Palmeira). Combateu desde a ditadura do proletariado e a idéia da democracia como valor histórico até a palavra de ordem de "Fora Collor", desde o fim da propriedade burguesa dos meios de produção até a solidariedade à revolução cubana bombardeada pelo imperialismo. O exame exaustivo dessas "endireitadas" exigiria não um artigo, mas um livro, e dos grossos.

Um estranho convidado

Um episódio pode servir como símbolo, como emblema e exemplo: No seu último dia o Congresso ficou sabendo, através de questão de ordem do delegado Markus Sokol, da tendência *O Trabalho*, que estava presente no plenário o cônsul dos Estados Unidos em São Paulo, Michael Metelis. *Mister Metelis* pedira para assistir ao Congresso e a Secretaria de Relações Internacionais do PT, candidamente, concordara.

O tempo fechou: protestos, palavras de ordem de "Cuba, Cuba" e "fora daqui o FMI". Exigiram a imediata retirada do representante oficial da superpotência norte-americana, dos carneiros do Golfo Pérsico, dos invasores de Granada e Panamá, financiadores dos "contras" nicaraguenses, etc., etc. O assunto foi à votação. E a maioria votou a favor da presença do gringo, defendida por Marco Aurélio Garcia, secretário petista de Relações Internacionais.

Diante disso, empalidecem avanços marginais, como uma maior compreensão das alianças e frentes políticas, fruto



1º Congresso do PT, rumo à social-democracia

da experiência de 1989, e o reconhecimento de que a bancada petista na Constituinte errou quando uniu-se a Sarney para manter o presidencialismo.

Cabresto mais curto

Ao lado do "endireitamento", a outra tendência dominante do Congresso foi o "enquadramento". A regulamentação do "direito de tendência", objeto de intermináveis debates, encurta significativamente o cabresto das frações que divergem do rumo aprovado. As "tendências" ficam proibidas de manter sedes, jornais e relações internacionais próprias.

Repete-se assim a norma de muitos partidos social-democratas pelo mundo afora: eles toleram, até prazerosamente, facções de esquerda no seu interior, que emprestam-lhe um desejável colorido operário e popular, desde que isso não interfira em questões realmente importantes...

O aspecto mais sensível do "enquadramento" diz respeito à política sindical. Como ficou claro no Congresso da CUT em setembro, a hegemonia social-democratizante da *Articulação & Companhia* sobre esta central está por um fio. Só escapou graças a

recursos cabulosos e cabeludos, bem conhecidos nos meios sindicais. Agora, o Congresso de São Bernardo autoriza uma ofensiva geral sobre os sindicalistas do PT, buscando estabelecer, por métodos administrativos, uma unidade que o partido não possui.

Em contrapartida, aumentou a autonomia dos parlamentares petistas, entre os quais pontificam Aloísio Mercadante e José Genofino, expoentes de vanguarda do rumo que o PT vai adotando.

Porém o mais curioso é que ninguém, nem mesmo os vencedores, ousa comemo-

rar o Congresso. Paira sobre o Partido dos Trabalhadores a sombra do julgamento da base, principalmente a base operária. Esta já andava desanimada; não se animou com o processo do Congresso; e agora tem menos motivos ainda para entusiasmos com um partido que vai ficando cada vez mais parecido com tudo que está aí.

Em São Bernardo começam a aparecer as primeiras notícias de metalúrgicos que rasgam suas fichas de filiação no PT.

* Colaborador da *Classe*

Social-democrata de direita

O líder do PT na Câmara Federal, José Genofino foi uma das "estrelas" do Congresso. Chamou a atenção de todos pelas suas declarações à imprensa e pela falta de cerimônia com a qual defendeu suas opiniões cada vez mais à direita. Por ter condenado abertamente os princípios do socialismo, defendendo o mercado, as privatizações e a violência popular como recurso legítimo ao qual os povos em princípio podem lançar mão para fazer frente à violência das classes dominantes, o líder petista foi estripadamente vaiado pela plenária do Congresso.



Moderno?

Mas o que vai dando a marca da passagem de Genofino da social-democracia para o campo da direita é seu raivoso anticomunismo. Perguntado sobre o que esperava do 1º Congresso respondeu: "espero que daqui saia um partido sem preconceitos que não faça alianças com o PCdoB" (1)